



Município de Palmas

Secretaria Municipal de Finanças

Diretoria de Fiscalização

104 Norte - Avenida JK Edifício Via Nobre Empresarial, Lote 28-A, CEP: 77.066-014



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília) **02/10/2015 10:06** Período de Competência **10/2015** Município de Prestação do Serviço **Palmas - TO**
Reg. Especial Tributação **Nenhum** Natureza da Operação **Tributação no município de Palmas**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social **CT COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA** CPF/CNPJ **08.378.600/0001-08**
Inscrição Municipal **191876** Fone/Fax **(63)3215-8353** Simples Nacional **Sim** Incentivador Cultural **Não** E-mail **comercial@conexaotocantins.com.br**
Endereço **Quadra 104 Norte Rua NE 11, SN LOTE 33 SALA 03 Bairro Plano Diretor Norte CEP 77006-030 Palmas - TO**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social **CESAR HANNA HALUM** CPF/CNPJ **085.840.601-20**
Inscrição Municipal **191876** Fone/Fax **(63)3215-5282** E-mail **tacila.aires@gmail.com**
Endereço **PRAÇA DOS TRÊS PODERES, GABINETE: 282 - ANEXO: III, S/N CÂMARA DOS DEPUTADOS Bairro CÂMARA DOS DEPUTADOS CEP 7702**
Código Tributação Município: 9999-Outros Serviços

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR NO SITE CONEXÃO TOCANTINS. REFERENTE AO MÊS DE setembro 2015.

LC 116/2003 ART. 8º ITEM 1707// DADOS BANCÁRIOS: CT COMUNICAÇÃO E MARKETING, AG: 2397-3 C/C: 36375-8 BRADESCO.

RECEBEMOS EM 02/10/2015 VIVIANE RODRIGUES

VAL APROX DOS TRIBUTOS R\$ 110,70 (18,45%/IBPT).

RETENÇÕES FEDERAIS

| PIS (R\$) | COFINS (R\$) | INSS (R\$) | IR (R\$) | CSLL (R\$) | Outras Retenções (R\$) |
|-----------|--------------|------------|----------|------------|------------------------|
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

VALORES

| Valor dos Serviços (R\$) | Deduções (R\$) | Desconto Incondicionado (R\$) | Base de Cálculo (R\$) | Alíquota (%) |
|--------------------------|------------------|-------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| 600,00 | 0,00 | 0,00 | 600,00 | 2,79 |
| ISS (R\$) | ISS Retido (R\$) | Desconto Condicionado (R\$) | Valor Líquido (R\$) | Valor Total da Nota (R\$) |
| 16,74 | 0,00 | 0,00 | 600,00 | 600,00 |

OUTRAS INFORMAÇÕES

CONTRIBUINTE ME, EPP OU MEI/SIMPLES NACIONAL

CEC® - CADASTRAMENTO
CONTRIBUINTE / PESSOAS
DAM

NOTA ELETRÔNICA

RELATÓRIOS

VALIDAÇÃO

Verificar Nota Eletrônica

USUÁRIO ANÔNIMO

14:55

Tela Inicial

Sair

Verificar Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

CPF / CNPJ Prestador 08.378.600/0001-08

Número da Nota 201500000000272

Código de Verificação no Selo 2WQY-AY53

Verificar

Imprimir Nota

Município: Palmas

Inscrição Prestador: 191876

CNPJ Prestador: 08.378.600/0001-08

CPF / CNPJ Tomador: 085.840.601-20

Valor da Base de Cálculo: 600,00

Valor do ISSQN: 16,74

Valor do ISSQN Retido: 0,00

Número do Documento: 201500000000272

Data de Emissão: 02/10/2015 10:06:47

Situação do Documento: Normal

Os dados acima deverão ser conferidos com os dados da sua Nota Eletrônica.
Caso apresente alguma discrepância este documento não é VERDADEIRO, entre imediatamente em contato com a Secretaria Municipal de Finanças e informe o referido fato.



O BRASIL QUE SE ENCONTRA AQUI É VISTO PELO MUNDO

POLÍTICA 04/09/2015 12h17 Redação

Halum abraça mobilização dos donos de casas lotéricas e diz que fechamento prejudicará milhões de consumidores

Por sugestão do deputado Celso Russomanno (PRB-SP) e com o apoio do deputado César Halum (PRB-TO), a Comissão de Defesa do Consumidor debaterá as consequências da decisão tomada pela Caixa Econômica Federal de interromper os contratos de permissão de parte das lotéricas do país. Segundo Halum, a informação de que seriam fechadas mais de seis mil lotéricas causará prejuízos a milhões de usuários dos serviços. O requerimento para realização da audiência pública foi aprovado nessa quarta-feira (2) na Comissão de Defesa do Consumidor.

Foto: Douglas Gomes



Para o deputado tocantinense, essa situação precisa ser revista com muita responsabilidade, pois a orientação do TCU à Caixa torna-se controverso o entendimento sobre o artigo 3º da Lei Federal 12.869/2013 qual garante aos contemplados na licitação uma licença de trabalho vigente por um período de vinte anos com renovação automática de contrato por mais vinte, ressalvados descumprimentos contratuais.

“Nosso intuito com essa audiência é procurar entender essa medida. Mas, sobretudo, queremos defender o emprego e a atividade econômica desses pequenos empreendimentos espalhados por todo o país”, ressaltou Halum ao explicar que as casas lotéricas são pequenas empresas – muitas vezes familiares – que ajudam na economia do país com vagas de trabalho.

O republicano lembrou ainda que a CEF tem prerrogativas no Brasil e que por isso não deve punir os donos de casas lotéricas visando mais lucros. “A conta do Fundo de Garantia que ela remunera com 0,3% e aplica com 1% rende o lucro de R\$ 28 bilhões de reais por ano. Agora vem querer fazer dinheiro com as pequenas agências lotéricas? Os empresários fizeram altos investimentos, tem direitos às licitações e ainda por cima ajudam os bancos a cumprirem seu papel no atendimento aos consumidores”, concluiu.

Por: **Redação**

Tags: Atividade Parlamentar, César Halum, PRB



O BRASIL QUE SE ENCONTRA AQUI É VISTO PELO MUNDO

POLÍTICA 09/09/2015 17h11 Redação

Halum sugere regularização do jogo em vez de recriar CPMF e outros tributos

O deputado federal César Halum (PRB-TO) polemizou na tarde desta quarta-feira, 9, ao defender da tribuna da Câmara dos Deputados a legalização do jogo no Brasil. O parlamentar afirmou que o setor tem potencial de arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões por ano, quase um terço do orçamento federal para a área de educação em 2014. Segundo ele, tal legalização poderia diminuir o déficit orçamentário previsto em R\$ 30,5 bilhões para 2016.

Foto: Divulgação



“Em vez de querer recriar a CPMF, que tem o repúdio total da população brasileira; em vez de taxar, ou aumentar a alíquota do imposto de renda de pessoa física, como está sendo proposto, nós poderíamos, num passo simples, solucionar dois problemas. Arrecadar dinheiro e criar o marco regulatório do jogo no Brasil”, defendeu.

Halum pontuou que a falta de regulação do jogo no Brasil tem permitido que muito dinheiro brasileiro vá para o exterior. “As pessoas saem do Brasil para jogar lá fora. Imaginem os empregos que nós poderíamos gerar aqui, sobretudo nesse momento de crise e desemprego. Ultimamente o jogo na internet tem sido a grande sensação no mundo inteiro. Empresas brasileiras tem se instalado no Paraguai e no Uruguai para comandar o jogo da internet do Brasil. E nunca recolheram sequer um centavo de imposto para o povo brasileiro”, reclama o parlamentar.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que entre os 193 países-membros, 75,52% têm o jogo legalizado e regulamentado, sendo que o Brasil está entre os 24,48% que não legalizaram esta atividade. Já entre os 156 países que compõem a Organização Mundial do Turismo, 71,16% tem o jogo legalizado, mas vale ressaltar que entre os 28,84% (45 países) que não legalizaram a atividade, 75% são islâmicos e tem a motivação na religião.

“Precisamos urgentemente pensar na legalização desses jogos de alguma forma, com o estado arrecadando impostos e legalizando a questão trabalhista desses milhares de funcionários. Atualmente, por mais que prendam todos os chefes, as pessoas ainda vão jogar, é uma questão pessoal, não cabe ao Governo intervir. Já permitimos o jogo da Caixa Econômica Federal, agora é necessário regulamentar os outros moldes, isso arrecadaria três vezes mais que o cigarro ou a indústria automobilística e quatro vezes mais do que as bebidas”, concluiu.

Por: **Redação**

Tags: Atividade Parlamentar, César Halum, PRB